

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 - Em milhares de reais

Apresentação: Submetemos à apreciação de V.Sas., em cumprimento às determinações legais e estatutárias, as demonstrações contábeis da JPMorgan Chase Bank, National Association do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, acrescidas

das notas explicativas e do relatório dos auditores independentes. **Desempenho:** No exercício de 2023, a Instituição apresentou um lucro líquido de R\$ 29.642, sendo que no exercício anterior apresentou lucro líquido de R\$ 30.154. **Comitê de Auditoria:**

O Comitê de Auditoria é único para o Conglomerado JP Morgan, sendo composto na data deste relatório por cinco membros. São Paulo, 27 de março de 2024
A Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	Dezembro 2023	Dezembro 2022		Nota	Dezembro 2023	Dezembro 2022
Ativo				Passivo			
Circulante		644.396	341.942	Circulante		185.879	241.485
Caixa e equivalentes de caixa	4	148.124	223.525	Depósitos e demais instrumentos financeiros...		165.295	220.275
Disponibilidades		7.051	7.489	Depósitos	10	42.581	103.633
Aplicações interfinanceiras de liquidez		141.073	216.036	Instrumentos financeiros derivativos	6	122.714	108.342
Instrumentos financeiros		496.246	118.392	Carteira de câmbio	7	-	8.300
Aplicações em depósitos interfinanceiros	5	372.327	-	Obrigações fiscais correntes	9a	19.000	19.529
Instrumentos financeiros derivativos	6	123.919	110.026	Outros passivos		1.584	1.681
Carteira de câmbio	7	-	8.366	Não circulante		76.671	259.759
Outros ativos		26	25	Instrumentos financeiros		44.448	229.844
Não circulante		119.984	631.490	Instrumentos financeiros derivativos	6	44.448	229.844
Realizável a longo prazo		119.946	631.452	Obrigações fiscais diferidas	9b	9.036	8.023
Instrumentos financeiros		44.907	559.504	Provisões para passivos contingentes e obrigações legais	11	23.187	21.892
Aplicações em depósitos interfinanceiros	5	-	329.339	Patrimônio líquido	12	501.830	472.188
Instrumentos financeiros derivativos	6	44.907	230.165	Capital social		350.000	258.218
Ativos fiscais correntes		687	669	Reservas de capital		18.617	18.617
Ativos fiscais diferidos	9b	10.945	10.500	Reservas de lucros		133.213	195.353
Outros ativos	8	63.407	60.779				
Investimentos		38	38				
Total do ativo		764.380	973.432	Total do passivo e patrimônio líquido		764.380	973.432

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO - (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	Reservas de capital		Reservas de lucros		Lucros acumulados	Total
		Subvenções para investimento	Legal	Estatutária	Total		
Em 31 de dezembro de 2021		258.218	18.617	19.004	146.195	-	442.034
Lucro líquido do período		-	-	-	-	30.154	30.154
Destinação do lucro líquido:							
Reserva legal	12	-	-	1.508	-	(1.508)	-
Reserva estatutária	12	-	-	-	28.646	(28.646)	-
Em 31 de dezembro de 2022		258.218	18.617	20.512	174.841	-	472.188
Aumento de capital	12	91.782	-	-	(91.782)	-	-
Lucro líquido do período		-	-	-	-	29.642	29.642
Destinação do lucro líquido:							
Reserva legal	12	-	-	1.481	-	(1.481)	-
Reserva estatutária	12	-	-	-	28.161	(28.161)	-
Em 31 de dezembro de 2023		350.000	18.617	21.993	111.220	-	501.830
Em 30 de junho de 2023		350.000	18.617	21.234	83.059	-	486.630
Lucro líquido do período		-	-	-	-	15.200	15.200
Destinação do lucro líquido:							
Reserva legal	12	-	-	759	-	(759)	-
Reserva estatutária	12	-	-	-	28.161	(28.161)	-
Em 31 de dezembro de 2023		350.000	18.617	21.993	111.220	-	501.830

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional: A JPMorgan Chase Bank, National Association ("Instituição"), constituída como estabelecimento no Brasil de Sociedade Estrangeira e com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.729 – São Paulo/SP. Atua como filial do JPMorgan Chase Bank, National Association, e está autorizada a operar com as carteiras comercial e de câmbio. As operações são conduzidas no contexto de um conglomerado de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro, nacional e internacional. Conseqüentemente, certas operações têm a coparticipação ou a intermediação de empresas associadas, integrantes do grupo financeiro J.P. Morgan. O benefício dos serviços prestados entre essas empresas e os custos comuns das estruturas operacional e administrativa comuns são absorvidos segundo a praticabilidade e razoabilidade a eles atribuídos, em conjunto ou individualmente.

2. Apresentação e elaboração das demonstrações contábeis: As demonstrações contábeis individuais da Instituição foram elaboradas de acordo com as Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09, e com as práticas contábeis adotadas no Brasil, associadas às normas do Banco Central do Brasil (BACEN) e do Conselho Monetário Nacional (CMN). A Resolução nº 4.818 do CMN, e a Resolução nº 2 do BACEN, estabelecem critérios gerais e procedimentos para elaboração e divulgação das demonstrações contábeis. Na elaboração das demonstrações contábeis, foram utilizadas estimativas e premissas na determinação dos montantes de certos ativos, passivos, receitas e despesas de acordo com as práticas contábeis vigentes no Brasil. Essas estimativas e premissas foram consideradas na mensuração de contingências e na determinação do valor de mercado de instrumentos financeiros. Os resultados efetivos podem ser diferentes das estimativas e premissas adotadas. A Instituição elabora suas demonstrações contábeis e as disponibiliza em seu site (<https://www.jpmorgan.com.br/pt/disclosures>).

3. Principais práticas contábeis

(a) Apuração do resultado - É apurado pelo regime de competência.

(b) Instrumentos financeiros derivativos - Os instrumentos financeiros derivativos compostos pelas operações de swaps e de outros derivativos estão classificados na categoria de instrumentos financeiros derivativos não considerados como hedge accounting, sendo assim avaliados a valor de mercado em contrapartida às contas de resultado do período. Para cálculo do valor de mercado das operações de swaps e de outros derivativos são utilizados como base os preços médios de negociação ou o valor líquido provável de realização obtido mediante adoção de técnica ou modelo de precificação.

(c) Ativos circulante e realizável a longo prazo - Demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidos, deduzido, quando aplicável, das correspondentes provisões para perdas ou ajustes ao valor de mercado.

(d) Passivos circulante e não circulante - Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo os encargos e as variações monetárias e cambiais incorridos.

(e) Passivos contingentes e obrigações legais - A Instrução Normativa BCB nº 319 revogou a Carta-Circular nº 3.429, que requeria o provisionamento de todas as obrigações legais, independentemente da probabilidade de perda. Em janeiro de 2023, com a Instrução Normativa BCB nº 319, houve a convergência ao CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, regulado pelo Banco Central por meio da Resolução nº 3.823 do CMN. Os passivos contingentes e obrigações legais decorrem de processos judiciais, legais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios, movidos por terceiros e órgãos públicos, podendo ser ações de natureza tributária, trabalhistas, civis e outros riscos. A Administração, baseada na opinião de seus consultores jurídicos, provisiona o montante estimado para liquidação dos processos cujo risco de perda seja classificado como provável. Os processos cujos riscos de perda jurídica sejam classificados como possíveis, são divulgados em nota explicativa, porém conforme norma vigente não é requerido provisionamento. Os processos classificados como remoto, não requerem provisão nem divulgação. Os valores das contingências são quantificados utilizando modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e ao valor. Os depósitos judiciais dados em garantia são atualizados de acordo com a regulamentação vigente.

(f) Imposto de renda e contribuição social - A provisão do Imposto de Renda (IRPJ) corrente foi calculada à alíquota de 15% sobre a integralidade da base mais 10% sobre a base excedente a R\$ 240.000,00. A Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) corrente foi calculada à alíquota de 20% para 2023, exceto para o período de agosto até dezembro de 2022, aonde a CSLL corrente foi calculada à alíquota de 21%, conforme MP nº 1.115/2022 e Lei nº 14.446/2022. Ativo e passivo fiscais diferidos são calculados sobre prejuízo fiscal de IRPJ e base negativa de CSLL, bem como sobre ajustes temporários às bases de IRPJ e da CSLL, sendo registrados contabilmente para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças entre os critérios contábeis e a legislação fiscal pertinente. Considerando as perspectivas de realização, em 31 de dezembro de 2023: (i) o crédito tributário de IRPJ foi calculado mediante a utilização da alíquota de 25% sobre prejuízo fiscal e ajustes temporários a serem realizados; e (ii) o crédito tributário relativo à CSLL foi calculado mediante a utilização da alíquota de 20% sobre ajustes temporários.

(g) Caixa e equivalentes de caixa - Incluem disponibilidades e investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco irrelevante de mudança de valor e com prazo original de vencimento em até 3 meses.

4. Caixa e equivalentes de caixa: São representados por disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez de prazo original de vencimento em até 3 meses.

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Disponibilidades	7.051	7.489
Aplicações em operações compromissadas – posição bancada	141.073	216.036
Total	148.124	223.525

5. Aplicações em depósitos interfinanceiros: São representados por aplicações em depósitos interfinanceiros com vencimento inferior a 1 ano em 2023 e superior a 1 ano em 2022.

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Aplicações em depósitos interfinanceiros	372.327	329.339
Total	372.327	329.339

6. Instrumentos financeiros derivativos: A Instituição participa de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos registrados em contas patrimoniais e de compensação, que se destinam a atender suas necessidades próprias e de seus clientes, com o objetivo de reduzir a exposição a riscos de mercado. A administração desses riscos é efetuada por meio da definição de estratégias de operação, estabelecimento de sistemas de controles e determinação de limites das posições. As operações com instrumentos financeiros derivativos geralmente representam compromissos futuros para trocar moedas ou indexadores, para comprar ou vender ativos financeiros nos termos e datas especificadas nos contratos ou, ainda, compromissos para trocar pagamentos futuros de juros. Os valores dos instrumentos financeiros derivativos registrados em contas patrimoniais e de compensação são resumidos como segue:

a. Composição por indexador

	Valor a receber	Valor a pagar	Valor nominal Dezembro de 2023	Valor nominal Dezembro de 2022
Operações de swap	76.038	76.038	1.303.570	2.195.470
Outros	76.038	76.038	1.303.570	2.195.470
Outros derivativos	92.788	91.124	5.150.517	6.034.327
Moedas	92.788	91.124	5.150.517	6.034.327

b. Comparação entre o valor de custo e o valor de mercado

	Valor de custo	Ganhos/Perdas não realizados	Valor de mercado Dezembro de 2023	Valor de mercado Dezembro de 2022
Ativo	162.337	6.489	168.826	340.191
Operações de swap	73.139	2.899	76.038	226.268
Outros derivativos	89.198	3.590	92.788	113.923
Passivo	161.654	5.508	167.162	338.186
Operações de swap	73.139	2.899	76.038	226.268
Outros derivativos	88.515	2.609	91.124	111.918

c. Composição do valor nominal por vencimento

	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Total Dezembro de 2023	Total Dezembro de 2022
Operações de swap	-	891.900	411.670	1.303.570	2.195.470
Outros derivativos	2.094.702	2.797.695	258.120	5.150.517	6.034.327

d. Valor nominal por local de negociação

	Balcão	Total Dezembro de 2023	Total Dezembro de 2022
Operações de swap	1.303.570	1.303.570	2.195.470
Outros derivativos	5.150.517	5.150.517	6.034.327

e. Valor nominal por contraparte

	Pessoa jurídica	Instituições financeiras	Total Dezembro de 2023	Total Dezembro de 2022
Operações de swap	651.785	651.785	1.303.570	2.195.470
Outros derivativos	2.575.069	2.575.448	5.150.517	6.034.327

f. Resultado por produto

	Resultado líquido Dezembro de 2023	Resultado líquido Dezembro de 2022
Operações de swap	2.948.951	(2.948.951)
Outros derivativos	327.358	(323.755)
	3.603	3.703

7. Carteira de câmbio: As operações de câmbio em aberto da Instituição estão demonstradas conforme abaixo:

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Ativo		
Câmbio comprado a liquidar	-	1.085
Direitos sobre vendas de câmbio	-	7.281
Total		8.366
Passivo		
Câmbio vendido a liquidar	-	7.200
Obrigações por compra de câmbio	-	1.100
Total		8.300

8. Outros ativos: Estão representados, principalmente, por devedores por depósitos em garantia, relacionados a obrigações fiscais no valor de R\$ 63.407 (dezembro de 2022 – R\$ 60.779).

9. Imposto de renda e contribuição social

a) Obrigações fiscais correntes - Correspondem, principalmente, à provisão para impostos e contribuições sobre o lucro no valor de R\$ 18.795 (dezembro de 2022 – R\$ 19.167).

b) Ativos e obrigações fiscais diferidos - A natureza e a origem do imposto de renda e a contribuição social diferidos são demonstrados como segue:

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Diferenças temporárias		
Contingências	10.323	9.748
Provisão para honorários advocatícios	610	741
Outras	12	11
Créditos tributários – ativo	10.945	10.500
Obrigações fiscais diferidas – passivo	9.036	8.023

Em 2023, foi constituído crédito tributário sobre diferenças temporárias no valor de R\$ 623 (dezembro de 2022 – R\$ 537) tendo sido realizado R\$ 178 (dezembro de 2022 – 34). Em 2023, foi constituído passivo fiscal diferido no valor de R\$ 1.013 (dezembro de 2022 – R\$ 1.254). A previsão de realização dos créditos tributários no montante de R\$ 10.945 (dezembro de 2022 – R\$ 10.500) é estimada conforme abaixo:

1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano	5º Ano	6º Ano	7º Ano	8º Ano	9º Ano	10º Ano
0%	2,5%	2,5%	5%	5%	10%	10%	20%	20%	25%

Com base na Resolução nº 4.818 do CMN e na Resolução nº 2 do BACEN, para fins de balanço, os créditos tributários e as obrigações fiscais diferidas devem ser apresentados integralmente no longo prazo. O valor presente dos créditos tributários, calculado considerando a estimativa de taxa de juros futuros apurada com base em informações de mercado, monta a R\$ 5.194 (dezembro de 2022 – R\$ 4.167). A Instituição possui créditos tributários sobre prejuízo fiscal não ativados em função da ausência de expectativa de realização de tais créditos, no montante de R\$ 1.419 (dezembro de 2022 – R\$ 1.419).

c) Resultado de imposto de renda e contribuição social - O cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social é demonstrado como segue:

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Resultado antes do IRPJ e CSLL	53.851	55.014
Encargo total do IRPJ e CSLL às alíquotas vigentes	(24.233)	(25.307)
Efeito CSLL (i)	-	423
Outros	24	24
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos	24	447
Resultado de IRPJ e CSLL no período	(24.209)	(24.860)

(i) Efeito da majoração de alíquota da CSLL, conforme nota 3 (f).

10. Depósitos

	Até 3 meses	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Depósitos a prazo	42.581	42.581	103.633
Total	42.581	42.581	103.633

11. Passivos contingentes e obrigações legais: As provisões para contingências constituídas e obrigações legais, e as variações no período estão assim apresentadas:

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
I. Composição dos saldos patrimoniais		
Fiscais e previdenciárias	23.187	21.892
Total	23.187	21.892

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	Julho-Dezembro 2023	Janeiro-Dezembro 2023	Janeiro-Dezembro 2022
Receitas de				

REPRESENTANTES LEGAIS NA DATA DO RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Azarias de Castro Feitosa Junior
Daniel Costa Barreto
Daniel Darahem de Souza Coelho
Decio Ramos Porchat de Assis

Eduardo Pera Silva
Eliza Harumi Ogawa
Flávia Rocha Lima de Almeida Prado

Jorge Constantino Bernardes dos Santos
Mariana Plass Rizzo
Paulo Coimbra de Souza

DIRETOR RESPONSÁVEL PELA CONTABILIDADE

Jorge Constantino Bernardes dos Santos

CONTADOR

João Augusto Makoto Hira - CRC 1SP307985/O-0

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Acionistas

JP Morgan Chase Bank, National Association Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da JP Morgan Chase Bank, National Association ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Instituição em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma

relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos

evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se essas demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 27 de março de 2024



pwc PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Washington Luiz Pereira Cavalcanti
Contador CRC 1SP172940/O-6